

FATOS e FOTOS

Suplemento do N.º 664. Não pode ser vendido separadamente

secretíssimo **REVOLUÇÃO EM PORTUGAL**



**ÍNTEGRA DA ENTREVISTA EXCLUSIVA
DO CAPITÃO SALGUEIRO MAIA**

"EU RECEBI A RENDIÇÃO DE MARCELO CAETANO"

(CAPITÃO MAIA)

Comandante do 3.º Grupo de Instrução e do 1.º Esquadrão da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, o Capitão Salgueiro Maia — um jovem oficial nascido em Castelo de Vide, há 29 anos — esteve à frente das tropas que participaram do movimento militar vitorioso, a 25 de abril. Casado há três anos, sem filhos, ele esteve em Moçambique e na Guiné, onde serviu sob o comando do General Spínola. Este é o seu depoimento sobre os fatos que transformaram a vida político-militar de Portugal

FATOS e FOTOS — Capitão Maia, é para mim um grande prazer encontrá-lo oito dias depois da gloriosa jornada que tive a felicidade de acompanhar a partir de manhã cedo, junto a si, no Terreiro do Paço. O que sente agora, passados estes dias de acção?

Cap. Maia — Sinto que se acabou um vigésimo das dificuldades por que ia passar pensava mais vezes antes de sair. Depois sinto-me feliz por se ter concretizado aquilo a que me propus e por ter conseguido realizar tudo isso sem sangue. Para um militar que entrou para a Academia Militar com 100% de ideal, perdeu depois 30% durante o curso e continuou por ali fora a perdê-lo, quando chega um período em que, depois de 10 anos de serviço, sente começar a recuperar esse ideal não me posso sentir mais feliz que no momento actual.

FeF — Vamos então aos factos. Quando recebeu ordem de execução, aqui na Escola Prática de Cavalaria?

Cap. Maia — O golpe foi no dia 25 de abril e eu recebi a ordem de operações dois dias antes, pelas 22.30h. Aprovei-me, durante o contacto, de que estava a ser vigiado por dois agentes da DGS (ou duma organização paralela...) que se transportavam num carro Toyota amarelo, matrícula LA 90-83. É provável que a matrícula seja fal-

sa porque já tentámos identificá-lo e não conseguimos.

FeF — Esse contacto foi pessoal ou telefónico?

Cap. Maia — Estava combinado que receberia uma chamada a avisar-me da vinda a Santarém de determinada pessoa. Esse contacto foi através dum camarada meu que me disse que "tinha chegado aquilo que eu procurava". Fui a um café confirmar quem eram os indivíduos que contactavam comigo (porque poderia aparecer alguém a querer meter-se no "circuito"). Como verifiquei que eram indivíduos da minha confiança, disse-lhes que poderiam ir para o meu carro onde os esperava. Damos uma volta à cidade enquanto eles iam dizendo o que havia e me passavam a ordem de operações para executar o movimento.

FeF — O que fez durante os dois dias seguintes?

Cap. Maia — Comecei, sem dar a perceber o que se passava e como se tratasse duma informação, a dizer aos comandantes de esquadrão (quase todos milicianos) que era necessário termos as viaturas abastecidas e municiadas, enfim, preparando tudo para podermos sair. Ao mesmo tempo, aqueles elementos que já eram considerados certos...



FeF — Havia muitos?

Cap. Maia — Dentro do assunto semente três: eu, o Capitão Garcia Correia e o Capitão Bernardo. Depois começámos a fazer a ligação porque trabalhávamos com mandado dos outros todos, embora, por uma questão de segurança, não só lhes dissessemos o que era considerado importante. Mas mesmo assim, até à hora da execução (cerca de uma hora da madrugada do dia 25) os Unidos que sabiam eram os oficiais do quadro permanente da Escola, 6 oficiais milicianos e três furrilás.

AMIZADE COMO ARMA

FeF — Você nunca tiveram medo das infiltrações? A vossa actividade, desde a intenção das Cidades da Rainha, passou a ser quase às claras, pelo menos sentia-se que o país estava à espera de "qualquer coisa" dos capitães. Muitos de nós até, que tínhamos algum contacto com oficiais, não vos levávamos muito a sério, pela forma pouco "ortodoxa" como vocês conspiravam...

Cap. Maia — A vida militar tem uma característica que é difícil encontrar noutro sítio qualquer: assenta na camaradagem e na amizade. Camaradagem e amizade essa que surge e se afirma nos momentos difíceis. Por outro lado a generalidade dos oficiais milicianos desta escola foram combatentes do Ultramar (o Cap. Maia refere-se aqui aos milicianos que, cumprindo o serviço militar obrigatório, de 4 anos, resolvedam continuar a carreira militar). Portanto, a nossa amizade para com eles não é a amizade dum conhecimento fortuito. É sim uma amizade calcada na dificuldade. E,

por isso, uma amizade total. Sabíamos pois quem estava connosco até dar a vida e conhecíamos aqueles que poderiam estar em crises. Daí, os contactos tenham sido orientados apenas no sentido dos que nos davam todas as garantias. Ora esses, dentro destes princípios e porque eram tão responsáveis e dedicados à causa como qualquer um de nós, não nos iriam pôr em zaque e trair. Acrescente-se ainda que a nossa comunhão de ideais já estava comprovada.

O Capitão Maia refere-se aqui a todo um processo iniciado em setembro de 1973, quando os oficiais subalternos do Exército português foram surpreendidos por uma série de decretos que, no seu entender, punham em causa a dignidade da carreira militar. Neles se estabeleciam determinações regulias para os milicianos regressados da guerra colonial que pretendessem ingressar na carreira das armas. Tais regulias implicavam, por exemplo, um atraso considerável nos prazos normais de promoção. Cedo, porém, as reuniões de oficiais ultrapassaram o nível de reivindicações estritamente profissionais para porem em causa o próprio papel das Forças Armadas na defesa, não dum país como o conjunto de todos os seus cidadãos, mas sim como suportes principais dum regime cujas dificuldades se agravavam dia a dia no plano interno e externo. A guerra colonial, mantida desde 1961 em Angola e poucos anos depois também na Guiné e em Moçambique, provocou ainda que indirectamente o êxodo de cerca de um milhão e quinhentos mil camponeses e operários (emigrantes económicos, como são chamados) e a saída ilegal de cerca de 100.000 desertores e refractários. A alta do custo de vida e a inflação galepante (cerca de 30% nos primeiros três meses deste ano) acentuaram o descontentamento de largas camadas da população. Ao anular os decretos que deram origem directa ao já então conhecido como "Movimento dos Capitães", o governo de Marcelo Caetano reconheceu-lhes a força que efectivamente possuíam. Era tarde demais, porém. Nem os aumentos (subestanciais) de salários, concedidos logo a seguir, lograram deter os capitães cada vez mais impacientes e preocupados: "chegámos à conclusão de que tínhamos o dever perante a sociedade de fazer alguma coisa, porque se nós o não fizessemos seria a população a fazê-lo. Tínhamos a noção de que se estava a caminhar para um precipício e que esse precipício culminaria numa guerra civil em que o povo pagaria em armas".

FeF — Falamos um pouco da tentativa falhada das Cidades da Rainha, em 16 de março deste ano. Houve uma coluna que saiu da cidade em direcção a Lisboa. Con-





tava, porém, com apoio de outras unidades, nomeadamente desta. Apoio que não surgia. Porquê?

Cap. Maia — Estava previsto um movimento para 23 de março. Quando se desenvolviam ainda contactos a fim de esclarecer a situação e se poder fazer um planeamento de operações exacto (é preciso considerarmos que o movimento era executado por oficiais do quadro permanente e não se concebe que profissionais façam arremedos de revoluções) surge a situação das Caldas. É difícil ainda precisar quais são as causas próximas e eu estou convencido que terá sido a DGS, que estava ao corrente do caso, que lançou a isca a ver quem mordia. Aquela unidade saiu, embora não houvesse nenhum comprometimento na saída, entre nós. Mas não foi por essa razão que nós não saímos com eles. Não os acompanhámos porque ir para Lisboa sem saber como ligar com as unidades que estão connosco e sem ter a Informação Pública na mão era uma loucura. Era simplesmente derramar sangue, outra razão que nos levou a não participar foi estritamente técnica: não é dum momento para o outro que se põe uma unidade a executar uma acção preponde-

rante como era o nosso caso, visto que a nossa unidade possui praticamente todas as viaturas blindadas do Exército português, ou pelo menos os homens que as conduzem. Portanto nós que tínhamos um papel decisivo a desempenhar achámos que não devíamos partir para ele de ânimo leve, fazer a revolução pela revolução. Inclusive nós telefonámos a última vez pelas 3 e meia da manhã a informar as Caldas de que eles iam sair sozinhos, visto que as notícias que corriam duma rebelião no Porto que progrediria para o Sul não passavam de boatos. A resposta que tivemos foi que já estavam metidos até ao pescoço e que iam sair mesmo.

LEVANTE DE CALDAS

FeF — Na sua opinião a intenção das Caldas da Rainha acelerou ou fez atrasar o movimento?

Cap. Maia — A situação complicou-se porque os políticos esqueceram-se da tal amizade que não permite que camaradas nossos estejam presos. O levantamento fazia-se quanto mais não fosse para libertar os camaradas das Caldas da Rainha.



FeF — Decisivo, portanto, o episódio das Caldas...

Cap. Maia — O descontentamento já existia, a situação caótica já existia, mas passou a haver uma coisa que nos calava mais fundo: aqueles que lutaram ao nosso lado, que viram morrer homens conosco estavam presos. Estavam presos e nós estávamos com o ideal deles. A partir daí teríamos que os ir buscar. E só tínhamos uma forma de os ir buscar: era mudar a situação.

FeF — Como foi conseguido, no seio duma classe elitista e servidora fiel do regime salazarista e caetanista, um consenso para a formulação dum programa que todos os observadores são unânimes em considerar surpreendentemente progressista? Na verdade, o programa do Movimento das Forças Armadas coincide, nas suas linhas gerais, com os programas que a Oposição Democrática vinha reivindicando desde 1945... Dever-se-á isso ao clima emocional em que vinha vivendo nos últimos meses ou a uma politização que nós desconhecamos nos militares?

Cap. Maia — Não há nada na vida que não seja político. A mais pequena decisão é política. A preparação ideológica é que pode falhar. O Homem pode estar mal informado. No entanto, mesmo com as restrições de censura que havia, o que havia já chegava para alertar as pessoas de que a sociedade que nos interessava não era a sociedade onde vivíamos. É talvez interessante assinalar-se que quando começámos

a trabalhar, nomeámos três comissões. Cada uma delas fez sair o seu parecer. Uma semana depois saiu o livro do General Spínola: "Portugal e o Futuro". Pois esses três documentos completavam-se e coincidiam em linhas gerais com o pensamento do General Spínola. Este facto incentivou-nos a continuar. Estávamos no bom caminho! E tínhamos um chefe! Porque, normalmente, os bons militares dão maus políticos. Por formação, o militar diz "preto" quando é preto e "branco" quando é branco. Para ele, é difícil dizer "cinzento". E o político assenta na possibilidade do cinzento. Assim de repente, tirando De Gaulle e a acção do General Spínola na Guiné, nós tínhamos essa certeza da incapacidade normal dos militares para governarem. Pensámos: "A gente muda a situação, agora tem de mudar as estruturas." Quando nos surge o livro do General Spínola, com todo o prestígio que tem junto de todos os meios de opinião, tivemos a certeza de que, com esse homem na mão, nossa revolução não caía na rua.

A SENHA EM VERSOS

FeF — Voltemos agora ao dia 25 de abril. É uma hora da manhã. Chega a ordem para atacar. De onde veio ela?

Cap. Maia — Da Rádio Renascença, com a leitura dos primeiros versos da canção *Grândola, Vila Morena*: "Terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena, dentro de ti, ó cidade".

O locutor leu estes versos e logo a seguir transmitiu a canção na voz de José Afonso. (Três semanas antes 5.000 pessoas entoaram esta canção do folclore alentejano, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Manifestação impressionante que reuniu todos os nomes da canção de protesto portuguesa. Impedido pela censura fascista de cantar quaisquer outras canções do seu repertório, Zeca Afonso foi apenas uma das cinco mil vozes que cantaram repetidas vezes esta canção que ficou como o símbolo da luta antifascista portuguesa).

Passavam 30 minutos da meia-noite. Era a ordem de execução para todos os que estivessem comprometidos no movimento.

FeF — O que é que vocês fizeram, então?
Cap. Maia — Tentámos aliciar o 2.º comandante, que não aderiu. Damos ordem para acordar todo o pessoal. Cada comandante de esquadrão explicou ao pessoal o que se ia passar. Esta hora é a mais importante, a meu ver. A participação da nossa Escola era decisiva pelo seu potencial de fogo. Daí a importância da adesão do pessoal. Que foi incondicional. Ao ponto de ter havido problemas porque todos queriam partir conosco. O efetivo da Escola é de 500 indivíduos e nós só levamos 240: 160 atiradores e um esquadrão de reconhecimento a dez viaturas blindadas. Portanto, a maior parte teve de aqui ficar, tirando uns 600 instrutores do 2.º ciclo de oficiais milicianos que só serviam para nos criar problemas de logística, pelo que os mandámos de férias. Os 500 restantes davam-nos a garantia de que, se as coisas corresse-

mal, podíamos contar com eles para nos encherarmos aqui. Portanto, no caso de falhar o golpe, o último reduto seria a cidade de Santarém, onde nos instalaríamos defensivamente ocupando a ponte sobre o rio Tejo, a estação de caminho de ferro e as comunicações telefónicas.

FeF — Estavam, portanto, na disposição de resistir?

Cap. Maia — Sem dúvida. Tomáramos uma decisão daquelas que quando são tomadas temos a parede por detrás: só se avança, pois recuar é impossível. A defesa, aqui, duraria até as outras unidades se revoltarem ou aderirem. Mas nunca nos renderíamos. Com a adesão incondicional do pessoal, tivemos a certeza de que não era necessário voltar atrás. Mas, se fosse preciso regressar, traríamos conosco pessoal do campo militar de Santa Margarida, que estava a ocupar Vila Franca e Porto Alto (a cerca de 30 km de Lisboa).

FeF — Partiram daqui a que horas?

Cap. Maia — Pelas três horas da manhã.

VIAGEM DIABÓLICA

FeF — Encontraram resistência na viagem até Lisboa?

Cap. Maia — Apareceram patrulhas normais da Guarda Republicana (GNR). Inclusive a polícia daqui logo que saímos informos Lisboa que estava a sair tropa de Santarém. Lisboa responde: "Não se preocupem com isso. São manobras, não é nada conosco." No caminho não houve problemas. O único que nos afligia era que a maior parte das viaturas era velha e tinha sido arranjada pelo pessoal miliciano para ficar a andar e poder chegar a Lisboa. Parece incrível, mas normalmente numa saída de exercícios de fim de curso, em que têm de se fazer quando muito uns 80 km, muitas viaturas avariavam! Felizmente, na viagem para Lisboa (cerca de 90 km), apenas rebentou um pneu a uma delas, à entrada da auto-estrada. A viagem foi feita num ritmo diabólico para viaturas blindadas, pois fizemos uma média de 60 quilómetros por hora!...

(O Capitão Maia, cuja facilidade de expressão e o à vontade com que diz as coisas mais espantosas impressiona a qualquer um, explica o porquê desta velocidade pouco perigosa para uma coluna onde há viaturas pesadas cheias de pessoal e atrelados.)

A nossa urgência era entrar em Lisboa sem haver alarme geral, de modo a não encontrarmos barrada a entrada da cidade. Pelas 6 horas da manhã, já estávamos no Terreiro do Paço.



FATOS FOTOS

FeF — Portanto, mesmo dentro de Lisboa continuaram sem encontrar resistência?

Cap. Maia — Encontrámos primeiro dois ou três carros patrulha da Polícia de Segurança Pública, cujos ocupantes nos olharam com olhos arregalados; possámos depois pela Polícia de Choque que estava a cercar o Quartel-General já ocupado. Esses ainda ficaram mais preocupados porque viram que tinham tropa pela frente e tropa por detrás. Ficaram muito confusos e destroçaram a zona.

FeF — A vossa missão era chegar ao Terreiro do Paço. Para fazer o quê?

Cap. Maia — Ocupar a Marconi, o Banco de Portugal e a zona dos Ministérios. Mas, quando cheguei e me apercebi que a minha zona de ação tinha a 1.ª Divisão da Polícia e a Câmara Municipal, dei ordem para ficar tudo dentro da zona. A partir daí, a 1.ª Divisão passou a trabalhar para nós: apareceu o comandante da companhia e eu disse-lhe que, eu estava contra mim, eu estava por mim... Ele passou para o meu lado. Em face disso, deu-lhe ordens para ele descongestionar o tráfego, visto que era dia de trabalho e nós tínhamos barricado as ruas da Baixa. Apesar de, nessa altura, já a população estar informada pelos constantes comunicados emitidos através do Rádio Clube Português (que camaradas nossos tinham já ocupado), havia muita gente nas ruas.

(Poucas horas depois, encontrar-nos-íamos no Terreiro do Paço. Tinha sido acordado pela campanha da porta que me pregara o último susto do regime fascista, já que soara precisamente às 07.30 horas a que a Fide/DGS costumava aparecer em casa dos suspeitos. Oito dias antes a polícia política tinha prendido a quase totalidade dos camaradas que comigo trabalhavam. A minha mulher foi espreitar pelo ralo da porta. Viu um ombro apenas. Preparei-me para o pior. Era, afinal, um irmão meu que vinha avisar-me da Revolução. Uma hora depois, estava na Baixa lisboeta. Dirijo-me ao Terreiro do Paço, onde poucos minutos antes se tinham ouvido rajadas de metralhadora. Quem encontro, no meio da praça pombalina? Maia, velho camarada do liceu de Leiria. Não mais o largaria, até à rendição de Marcelo Caetano.)





FeF — Houve momentos críticos no Terreiro do Paço?...

Cap. Maia — Sim. O aparecimento, vindo dos lados do Cais do Sodré, duma força constituída por viaturas blindadas e atiradores, sob o comando do Brigadeiro Reis, foi o momento mais crítico dos que vivemos naquela zona porque esse senhor deu várias vezes ordem de fogo, uma delas quando eu me dirigi a ele com um lenço branco para tentar dialogar. Não foi obedecido pelo alfeser comandante dos carros de combate e deu-lhe voz de prisão. Foi a melhor ajuda que podíamos ter tido: a prisão do alfeser por se recusar a abrir fogo contra mim deu ao pessoal a medida exata de que se estava a passar. Fizemos, depois, um sinal aos carros para virem ter conosco: eles viraram as torres e marcharam em direcção a nós. O pessoal atirador que progredia atrás encostou à direita e fez o mesmo. Os outros que estavam junto ao Cais do Sodré vieram com eles e, de repente, metade do efectivo estava do nosso lado. A outra metade não teve tempo de passar para o nosso lado porque, entretanto, informámos o posto de comando de que a situação estava controlada e de certeza haveria objectivos mais ditas do que estar no Terreiro do Paço. Foram-nos dados dois objectivos: o comando da Legião Portuguesa, à Penha de França, e o quartel-general do Carmo. Foi aqui que se deu a vitória da Revolução. Quando as nossas forças marcharam para o Carmo ouviram a maior apoteose que as Forças Armadas devem ter tido de há muitos anos a esta parte. Com um incentivo desses eu tinha a certeza que nenhum dos meus soldados tinha dúvidas sobre o que estava a fazer. Se parti de Santarém a 100%, quando sai da Rua Augusta levava o pessoal a mil e-não-sai-quantas-vezes-por-cento. Por isso é que afirmam que eu estava muito à vontade no quartel do Carmo. Pois eu estava, atendendo às circunstâncias, o mais à vontade que se pode estar quando se tem a certeza que os soldados vão até ao fim e não há qualquer hipótese de não cumprimento de ordens.

FeF — Capitão Maia, é precisamente aí que eu quero chegar. Tive a dita, como repórter e como cidadão português de acompanhar a sua coluna na marcha tão perigosa desde o Terreiro do Paço até ao cerco do quartel do Carmo. Agora, oito dias passados, peço-lhe que me responda com a maior franqueza: quando a coluna sob seu comando começou a avançar sobre o Carmo não recebeu que a GNR, tradicionalmente conhecida como fortemente armada, lhe oferecesse uma resistência até o fim? Ainda por cima estava sob sua custódia o

presidente do Conselho e alguns dos ministros do seu governo.

Cap. Maia — Tinha, realmente, vários problemas. O primeiro vinha-me do facto de saber que a Guarda Republicana não se iria render sem oferecer resistência. São profissionais. Além disso, não tinham sido minados pelo nosso movimento e, portanto, não estavam dentro da nossa maneira de pensar. Sabia, por isso, que tinha pela frente homens que lutariam até o fim. O outro problema foi-me causado pela adesão entusiástica do povo: já não conseguia ter o soldado separado da população. A situação esteve bastante tremida até à altura em que se entra no quartel para dialogar. Até lá tudo era de admitir, inclusive um acto de desespero ou loucura, pois eles poderiam lançar-se ao assalto para tentarem abrir caminho. Por ainda foi quando recebi uma comunicação pelo rádio dizendo que poderia aparecer um helicóptero. Se tal "máquina" aparecesse, eu não punha em dúvida que eles iriam disparar.

MARCHA TRANQUILA

FeF — Tomou providências para prevenir esse aparecimento? Não vi lá nenhum canhão apontado para o ar.

Cap. Maia — Tinha três metralhadoras anti-aéreas. Mas, da maneira como a população estava misturada com a tropa e atendendo à capacidade altamente explosiva da granada do helicóptero, cada disparo faria à vontade largas dezenas de mortos. Portanto, tinha uma necessidade premente de acabar com a resistência no quartel do Carmo. Tinha de me adiantar aos acontecimentos. A partir das 15 horas, a situação é absolutamente escalante. Basta talvez dizer-lhe que perdi três quilos nesta operação. Mas as coisas acabaram por correr bem e nós vencemos, ao fim e ao cabo, porque a população nos apoiou desde o primeiro momento.

FeF — Atenção, Capitão Maia, as coisas não foram assim tão fáceis, por aquilo que vi... Quando teve conhecimento de que duas companhias da GNR o cercavam por detrás, instaladas na Rua Nova da Trindade, e outra companhia móvel da PSP rondava perto não se terá sentido menos confiante no êxito da operação?

Cap. Maia — Foi o tal momento de equilíbrio na balança: os eles ou eu. Como eles não avançaram, fiquei com os trunfos na mão. Fui ao diálogo com o comandante duma dessas companhias e verifiquei logo que o pessoal não estava disposto a disparar.



FefF — O que lhe disse?

Cap. Maia — Disse-lhe que tinha o quartel cercado, que estava armado com viaturas blindadas e não havia viaturas blindadas para virem contra mim. Não seriam elas com armas ligeiras que me viriam desalojar. Poderiam tentá-lo, mas as suas baixas seriam de longe bem maiores que as minhas.

FefF — Que respondeu ele e qual a sua patente?

Cap. Maia — Convidet-e à rendição e a resposta foi que tinha camaradas no quartel do Carmo. Só quando se rendessem no Carmo é que eles se renderiam. Mas não teriam a iniciativa de abrir fogo. A partir daí fiquei desconfiado: os ordens aos meus homens eram para responder apenas em tiro directo. Nem mesmo responderiam aos tiros para o ar. Com a garantia do capitão que comandava aquela força, a única coisa que me restava era ocupar o quartel do Carmo.

(No teatro das operações, crescia o número e o entusiasmo da multidão, dificilmente contida pelos soldados que formavam cordões na tentativa de barrar a entrada no largo. Os populares, no entanto, já ocupavam a totalidade dos andares do edifício em frente do quartel, pejavam as ruas circunvizinhas e manifestavam-se a poucos metros das tropas fiéis ao governo, apupando-as e atravessando carros nas ruas para lhes impedir o avanço. A acção do Capitão Maia, cujos homens se comportavam de forma impecável e infinitamente paciente face aos jornalistas e à população, arrancava aplausos a todos. Quando escrevo aplausos é mesmo aplausos que quero escrever! Esta festa do povo que gritava slogans anticoloniais e antifascistas culminaria num coro imenso de vozes impetuosas quando, demorada a rendição, se ouviu como se num estádio de futebol esperássemos o fim do desafio: "Está-na-hora! Está-na-hora!")

O APOIO DO POVO

FefF — A população, que entre o Terreiro do Paço e o Carmo fizera a primeira grande manifestação de adesão ao Movimento das Forças Armadas, iniciou nessa altura uma série de manifestações antifascistas. Primeiro, junto da GNR e, depois, no encaminhar-se para a Rua António Maria Cardoso, onde ficava a sede da Fide/DGS que por muito tempo ainda haveria de resistir. A Fide, fazendo jus aos seus mais tristes pergaminhos, fez fogo sobre a população, ferindo cinco pessoas, duas das quais com gravidade. Qual a sua reacção quando

começou a ouvir metralha por detrás das suas forças?

Cap. Maia — Com tanta coisa grave que se passava ali à volta, os tiros quase passavam despercebidos. Tive conhecimento do facto porque os feridos foram transportados por populares até à minha posição e depois evacuados por ambulâncias minhas. (Dentro do Quartel-General da GNR, labiríntico edifício de cinco andares, acantonavam-se cerca de 300 homens armados de metralhadoras ligeiras e "Mauzers", dispostos, aparentemente, a resistir até ao fim. O povo acompanha, num silêncio carregado de tensão, o ultimato que o Capitão Maia ordena através do megafone. Dez minutos é o prazo indicado para que toda a força saia de braços no ar e desarmada.)

ORDEM DE RENDIÇÃO

FefF — A certa altura, já que as suas ordens de rendição não eram cumpridas, manda fazer fogo. Houve momentos de pânico entre os civis; eu próprio fugi atrás de microfones e encontrei-me dentro duma "tasca" que havia por ali. Quando começaram a disparar alto sobre o edifício, como é que vocês tinham a certeza que eles não respondiam?

Cap. Maia — Com duas comissões no Ultramar e tendo estado várias vezes debaixo de fogo, é muito difícil não se saber quando é que o tiro é nosso ou contra nós... O meu problema foi que, quando mandei alto ao fogo, a minha voz não era audível por causa de uma autometralhadora que estava em frente da porta do quartel. Além do mais eu tinha dado ordens para que o fogo fosse feito para a frontaria do edifício, e alto para não atingir nada, mesmo que estivessem pessoal atrás das janelas. O fogo era apenas para fazer barulho. A única solução era eu ir para o meio do largo. Mas aí corria o perigo de ser atingido por homens meus que estavam deitados no chão. Com o nervosismo com que deviam estar, visto que a maior parte eram instrutores dos cursos de oficiais milicianos e sargentos milicianos (tinham começado há poucos dias a instrução do 2.º ciclo), havia o difícil problema de controle de fogo e o perigo de algumas semelhas. Felizmente, a autometralhadora apercebeu-se que tinha "acabado a guerra" e calou-se. Perdidas todas as hipóteses de resolver a situação sem abrir fogo com armas pesadas, preparo-me para o ultimato final.

(O repórter nesta altura já está no meio do largo, abrigado nas escadas dumas latrinas... de senhores! Vivem-se momentos de



grande tensão. Maia, empunhando o megafone, grita para dentro do quartel: "UM". Se sessenta segundos depois ouve-se de novo a sua voz: "DOIS". Roncam os motores dos carros blindados. Corrigem-se as posições de tiro. Não se ouvem agora os gritos da multidão. Alguém nos aconselha que mantenhamos a boca aberta durante o bombardeamento.)

Cap. Maia — Na altura em que vou dar voz para abrir fogo, surgem dois civis, o Dr. Feitor Pinto, director dos Serviços de Informação da Secretaria de Estado de Informação e Turismo, e outro funcionário do mesmo departamento, que me apresentam uma credencial do General Spínola.

FeF — Até agora ainda não foi bem esclarecida a proveniência dessa credencial. A imprensa disse que teria partido da iniciativa do Secretário de Estado da Informação que, fazendo jus à sua fama de *playboy*, estava no Grémio Literário, um dos pontos de encontro de *high-society* lisboeta, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Viu a credencial?

Estamos a conversar na sala de oficiais da Escola Prática de Cavalaria. Tradicionalmente, joga-se às cartas depois de almoço. Desta vez porém cedo acabaram o jogo, atraídos pelo rememorar de acontecimentos que todos eles tinham vivido intensamente. Maia indica-me um tenente sentado ao seu lado: "Não vi. Foi ele que me trouxe os dois civis. Disse que conhecia um deles e eu acreditei na palavra dele."

Ten. Assunção — Quando estava a passar uma das rondas ao dispositivo, o Dr.

Távora, que tinha sido meu instrutor e é irmão dum capitão de Cavalaria, chamou-me como se tivesse visto a salvação. Mostrou-me o cartão de funcionário da SEIT e acima de tudo eu acreditei na palavra de honra dele, até porque vislumbrei ali a possibilidade de resolver o problema. Aliás deu-me a impressão que o Secretário de Estado já tinha tentado antes entrar em contacto, mas o nosso forte dispositivo não lhe permitiu aproximar-se do Carmo.

CARTA DE SPÍNOLA

FeF — Você leu a credencial?

Ten. Assunção — Não. Só vi o cartão e acreditei principalmente nele.

Cap. Maia — Como ele me declarou ter uma carta do nosso General Spínola e vinha acompanhado do Assunção, eu deixei-os passar. Regressam passados um bocadinho, dizendo que precisam ir falar com Spínola. Forneco-lhes um jeep e fico na dúvida. Eu não tinha visto a tal credencial e aquilo podia ser uma manobra para fazer retardar a rendição, esperando talvez o helicóptero que eu temia. Em face disso, entrei no quartel para saber o que se passava na verdade. Falei cerca de 15 minutos com o general comandante da força. Expliquei-lhe o problema: tinha ordem escrita para acabar imediatamente a resistência do quartel do Carmo. Portanto "ou se rendem incondicionalmente ou tenho que destruir o edifício. E quem me está a resistir assume a responsabilidade das medidas que tenho de tomar".

FeF — De que forma, argumentou ele?

Cap. Maia — Eu tinha-lhe dito que não estava ali para brincar: já tinha duas comissões, sabia os riscos que estava a correr e estava a principiar uma coisa para ir até ao fim. Ele respondeu-me que tinha quatro comissões... e tive que lhe dizer que não era o problema da quantidade de comissões que estava em discussão. O problema era a rendição do quartel do Carmo.

FeF — Ele não ameaçou com forças que tivesse de reserva?

Cap. Maia — Não me lembro exactamente dos termos, mas deu a entender que não estava em situação de se render, visto que tinha a força do seu lado. Tive que lhe explicar que a força estava antes do meu lado e, mais importante, tinha o povo do meu lado. Como me disse não ser ele o chefe, respondi-lhe: "Leve-me então ao Professor Marcelo para a gente esclarecer a situação." Marcelo Caetano encontrava-se sozinho numa sala, julgo que era o salão nobre do quartel. Disse-me: "Já sei que já não governo. Só espero que me tratem com a dignidade com que sempre vivi. Dei ao País o melhor que sabia e podia, e a minha consciência não me acusa." Respondi-lhe que tinha todas as medidas tomadas "para evitar que ataquem contra a sua integridade física. Será metido juntamente com os outros membros do Governo dentro duma viatura blindada, totalmente fechada, será conduzido para um local que desconheço ainda e ficará às ordens do Movimento".

Ele perguntou-me depois qual era a nossa ideia política. Disse-lhe que não a podia precisar, pois alguém o faria. Perguntou-me quem eram os chefes. Respondi-lhe que seriam uns oito oficiais generais mas que para mim eram o OSCAR (indicativo militar de comando). E realmente só sabia de dois: o General Costa Gomes e o General Spínola. Perguntou-me depois qual era a nossa ideia em relação ao Ultramar e eu disse-lhe que a nossa posição de certeza era a de evitar que o Ultramar se transformasse em novas Índias. "Acho que não é com o golpe de Estado que se resolve o problema do Ultramar", disse-me ele. A conversa foi mais ou menos nesta base.

FeF — Ele estava nervoso?

Cap. Maia — Claro. Mas teve um comportamento bastante digno, no que não foi seguido pelos outros membros do governo.

FeF — Viu-os?

Cap. Maia — Vi.

FeF — E então?

Cap. Maia — Por isso é que lhes digo que não estavam à altura da função que desempenhavam.

FeF — Perdão, não pode precisar melhor

a forma como os viu?

Cap. Maia — Não interessa. Havia umas pessoas que estavam mais comovidas, mas acho que não é hora de entrar em pormenores, ainda por cima sobre coisas tão tristes.

FeF — Marcelo Caetano acitou portanto a rendição incondicional, ainda antes de chegar o General Spínola?

Cap. Maia — Disse-lhe que tinha de haver uma rendição imediata, pois eram essas as ordens que tinha, e que não queria estar a arriscar o meu pessoal em diálogos inúteis. Respondeu-me que já se tinha rendido e só esperava a chegada dum oficial general para lhe entregar o poder, a fim de que este não caísse na rua.

FeF — Essa frase fez muita confusão a determinados observadores. Quer dizer então que o antigo professor de Direito Constitucional da Universidade de Lisboa considerava que, apesar da situação, ainda mantinha o poder? Mas nós assistimos a um golpe de Estado ou a uma transmissão de poderes? Convenhamos que para transmissão de poderes foi um bocadinho acidentado e teve momentos de grande violência, como o tiroteio da Pide sobre a multidão, o qual se repetiria cerca das 20.30, originando cinco mortos e dezenas de feridos...

Cap. Maia — Desconfino que ele estava convencido que a "guerra" era feita por mim e portanto era eu que lhe ia tirar o governo e ele achava que...

NÃO HAVIA GARANTIAS

FeF — ...um capitão não pode ser nada...

Cap. Maia — ...se fosse um oficial general, sempre teria um bocadinho mais de calor para agüentar a situação e que se me entregasse o governo a mim o poder caía na rua, porque eu dava o governo ao primeiro que me aparecesse ali ao lado!.. (Esta é a ideia que eu tenho do diálogo que mantive com ele) Mas nada disto me oferecia garantias de verdade. Disse-me que acabara de falar com o General Spínola e que eu poderia confirmar o facto. Confirmei-o via rádio e voltei de novo ao quartel a ver se os oficiais estavam realmente na disposição de se renderem ou era apenas uma manobra para ganhar tempo. Quando lhes expus a situação, eles mostraram-se imediatamente de acordo dando-me ideia que não empreenderiam nenhuma acção ofensiva contra o meu pessoal.

(Cá fora a multidão engrossa minuto a minuto. O tecto de duas viaturas abandonadas pela GNR abate com o peso de dezenas de pessoas que procuram melhor ângulo

para seguirem os acontecimentos. Muitos estão dependurados nas árvores e já é difícil romper até junto das portas de entrada do quartel. O nome do General Spínola, que desde a manhã vinha sendo aclamado por alguns populares é agora mais frequentemente aplaudido pela multidão!

FoF — Um jornalista que afirma ter acompanhado as negociações entre o Feitor Pinto-Marcelo Caetano-Spínola refere que este teria afirmado a Caetano nada ter a ver com o golpe, pelo que esperava a presença dum oficial de patente superior a coronel que lhe manifestasse o desejo do Movimento de o ter como chefe. As suas palavras dão a entender que o General Spínola este comprometido na acção desde o princípio. Em que ficamos?

Cap. Maia — Não sei o que se terá passado de concreto. Mas sei que por nesse lado havia uma conexão com os ideais do General Spínola. Em ideal ele estava conosco. Até que ponto havia comprometimento total, não sei.

(A saída, cada já a noite, do ex-Presidente do Conselho e seus ministros provocou uma explosão de alegria nos milhares de pessoas que há longas horas estavam totalmente ao lado dos soldados, vitorizando-os delirantemente. Terminara com êxito a operação que podemos considerar decisiva do golpe de Estado que derrubou o regime

ditatorial nascido, também dum movimento militar, em 1926. Os soldados estavam a pé há 19 horas. As manifestações, pela primeira vez livres, iam continuar durante a noite e os dias seguintes, num casamento perfeito entre o povo e os soldados e marinheiros. Acabáramos de viver os primeiros momentos da primeira revolução surrealista (ou surrealizante) do mundo. E agora, José?)

FoF — E agora, Capitão Maia?

Cap. Maia — Agora acho que o mais importante é que todos os portugueses se comprometem de que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros. E o mais importante ainda é que em 50 anos pouco ou nada se fez. É urgente que não se tente fazer tudo duma vez. Isto em relação a tudo e em relação ao caso particular do Ultramar. É urgente e necessário que haja diálogo, mas esse diálogo deve ser feito conservando a nossa posição. Que a liberdade seja total a ambos os níveis: não sejamos nós a tentar alijar responsabilidades, nem os outros a tentar levar-nos a assumir responsabilidades. Portanto, que a opinião pública tenha o tal ano previsto para a preparação de eleições livres para ser devidamente informada de modo a que, quando tiver de tomar uma decisão a tome, não com o coração nas mãos, mas conscientemente.



Entrevista concedida ao repórter ADELINO GOMES. Foto de Carlos GIL.



PORTUGAL SUPLEMENTO ESPECIAL **FATOS & FOTOS**